

Eixo 3 - A escola

O significado do trabalho interdisciplinar na escola

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, CAHS. O significado do trabalho interdisciplinar na escola. In: DAVID, CM., *et al.*, orgs. *Desafios contemporâneos da educação* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 237-249. ISBN 978-85-7983-622-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O significado do trabalho interdisciplinar na escola

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira¹

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

Paulo Freire

Algumas considerações iniciais

O agravamento da questão social, refletido diretamente na vida dos indivíduos, tem repercussões na dinâmica escolar, considerando-se a relação entre sociedade e educação. Muitas demandas apresentadas pelos estudantes extrapolam a dimensão pedagógica, configurando-se como situações sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas.

1 Doutora em serviço social, docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Unesp, câmpus de Franca, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área da Educação (Gepesse). *E-mail*: cirleneoliveira@terra.com.br.

As manifestações sociais no cotidiano escolar precisam ser entendidas no conjunto de relações sociais construídas por seus sujeitos – estudantes, familiares, professores e gestores escolares. Daí a necessidade e a importância do trabalho interdisciplinar que, mediante os diferentes conhecimentos produzidos e sistematizados acerca de um determinado objeto, de uma determinada realidade, possibilitam a pluralidade de contribuições para a efetivação de um projeto coletivo, para a construção de propostas educacionais numa perspectiva de totalidade.

A conjuntura sócio-histórica e seu rebatimento na educação

Vivemos num contexto de profundas mudanças societárias que rebatem diretamente na vida dos indivíduos sociais e presenciemos uma desigualdade social cada vez mais acirrada. É justamente nessa conjuntura de profundas mudanças societárias, de mutações do mundo do trabalho e acirramento da questão social, que necessitamos compreender o sistema educacional e suas implicações no cotidiano escolar, permeado de conflitos oriundos dos diferentes sujeitos que o compõem.

As novas configurações da sociedade no sistema capitalista – que rebatem diretamente nos mais diferentes espaços da vida cotidiana – são, na realidade, reflexos do agravamento da questão social, definida como

O conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Iamamoto, 2005, p.27)

A educação é um processo que se desenvolve historicamente, num tempo dinâmico e num espaço que sofre transformações constantes, tendo como característica a preocupação com a formação do homem em sua plenitude, com a perspectiva de transformar a sociedade em benefício de seus sujeitos. Entendendo-se a educação compreendida num contexto histórico-social, o trabalho dos diferentes profissionais neste espaço sócio-ocupacional deve ser realizado com uma visão totalizadora da realidade social, a partir de uma concepção crítica das questões inerentes ao processo educacional e, conseqüentemente, à vida humana.

Ora, se a educação deve ser compreendida dentro de um contexto histórico-social, as diferentes áreas e profissões que desenvolvem sua atuação na efetivação dessa política social necessitam de estratégias de ação, com o objetivo de estimular o processo de conscientização dos indivíduos, numa perspectiva transformadora da sociedade.

Especificamente em relação ao serviço social, podemos afirmar que:

O ponto de conversão do serviço social com a educação está, provavelmente, no projeto ético-político que ambos possuem: voltados à construção da cidadania, buscando instrumentalizar a população pelo saber competente e contribuir no processo de construção de uma sociedade mais justa, mais produtiva e mais democrática. (Martins, 2001, p.15)

A educação, em sua forma emancipadora, pode ser vista como um instrumento de luta pelos direitos do cidadão, contribuindo para a formação de um sujeito crítico e consciente, um ser humano apto ao questionamento e à tomada de decisões. Assim, a escola seria o espaço capaz de produzir uma formação ampla para o indivíduo, auxiliando-o na construção do conhecimento e da convivência humana e social, política e cultural.

No entanto, majoritariamente, a escola evidencia-se com um espaço de produção/reprodução de informação e conhecimento para formar indivíduos mais direcionados para o mercado de trabalho, com um raciocínio lógico, o que é muito salutar; entretanto, constata-se que, em muitas situações, a referida formação é desprovida de um senso crítico, fundamental para a construção de uma consciência mais aprofundada, que potencialize ao estudante ser compreendido como sujeito social, protagonista de sua história.

No estudo da trajetória histórica da política educacional brasileira, identifica-se que a educação, inserida nos preceitos de desenvolvimento nacional e a serviço dos anseios da sociedade capitalista consolidada, privilegiou em suas práticas pedagógicas uma abordagem tecnicista de ensino, condizente com o ideário progressista e calcada na formação e capacitação de mão de obra, cuja finalidade centrava-se na preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho. Para tanto, assumia contornos específicos, visto que:

o objetivo explicitado de busca de maior rendimento na escola aparece compatível com a necessidade de metodizar, racionalizar e planejar, imposta por um processo contínuo de inovações tecnológicas, isto é, a preocupação por reformas didáticas e introdução de novas técnicas de ensino surgem no momento em que o desenvolvimento industrial coloca em pauta os critérios de rendimento, rapidez e eficiência. (Silva, 1979, p.130)

Tal formação tecnicista, principalmente no nível médio de ensino, fornecia trabalhadores ao mercado cuja mão de obra caracterizava-se por ser semiqualificada, de pouco conhecimento técnico, em decorrência da transição acelerada da manufatura para a sociedade industrial, impulsionada pela intensificação da maquinaria, entendida como símbolo de prosperidade e progresso.

Essa prática, até certo ponto, acabou por intensificar a configuração da educação como um aparato ideológico do Estado, voltando-se especificamente ao cumprimento de sua função de qualificação para o trabalho, em detrimento das determinações legais de formação dos indivíduos em sua plenitude e no constante atendimento aos anseios progressistas.

nesse contexto, o papel da escola será preservar o tipo de sociedade prevalecente (os padrões dominantes) e garantir-lhes cada vez maior eficiência e produtividade. Aqueles que se situam nessa perspectiva acreditam ingenuamente (no sentido epistemológico da palavra) que seja possível operar mudanças quantitativas sem mudanças qualitativas. (Saviani, 1978, p.57)

Essa escola, além de contribuir ao desenvolvimento nacional enquanto qualificação, fortalecia e reafirmava a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; a divisão entre produtores e transmissores de conhecimentos e os produtores diretos de bens – mercadorias –, como nos salienta Silva (1979, p.113), e cujo fim reduz radicalmente a função da escola que, entre outras coisas, pressupõe a formação integral de seus estudantes através de atividades que primem pela aquisição de conhecimentos múltiplos que propiciem seu desenvolvimento genérico.

A escola que compreendemos não deve estar atrelada unicamente às demandas do mercado, mas sim voltada a uma ampla formação humanístico-científica, promovendo o acesso a conhecimentos que permitam compreender a sociedade capitalista e seu movimento (Lancillotti, 2003, p.77).

O espaço escolar deve ser o da construção de processos democráticos e de emancipação, vinculados aos interesses da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, as manifestações sociais no cotidiano escolar precisam ser entendidas no conjunto de relações sociais construídas por seus sujeitos, professores, estudantes,

familiares e coordenação escolar, na tentativa de desconstruir a culpabilização dos indivíduos e construir propostas educacionais que efetivamente possam ser cidadãs, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A inserção de diferentes profissionais e o trabalho interdisciplinar na escola

[a partir da perspectiva histórico-crítica] alarga-se o conceito de educação e entende-se que as dificuldades de aprendizagem não são uma questão apenas pedagógica, mas uma questão social. E, sendo uma questão social ela tem de ser enfrentada através de determinadas técnicas sociais correspondentes ao tipo de problema social aí implicado. Assim, à medida que as dificuldades de aprendizagem não são uma questão meramente pedagógica, mas configura uma questão nutricional, uma questão psicológica, uma questão de saúde e assim por diante, então agir educacionalmente como respostas a estes problemas é agir trazendo a contribuição das nutricionistas, dos médicos, dos psicólogos, dos assistentes sociais e assim por diante. (Saviani, 1991, p.49)

A partir dessa compreensão de Saviani, e considerando estudos realizados na área, o ambiente escolar não é constituído exclusivamente por relações pedagógicas, mas também é permeado por questões sociais, políticas e econômicas, que ultrapassam o nível de entendimento dos profissionais específicos desse locus, como professores e pedagogos.

Dado o agravamento da questão social, temos um contingente cada vez mais amplo de profissionais que realizam suas ações profissionais, direta ou indiretamente, em suas diferentes expressões atuando, sobretudo na gestão e execução de políticas sociais, dentre elas, a da educação. Numa perspectiva interdis-

ciplinar, os conhecimentos produzidos e sistematizados acerca de um determinado objeto, de uma dada prática e/ou realidade social, possibilitam a pluralidade de contribuições para a efetivação de um projeto coletivo.

O mundo organizado do conhecimento em suas diferentes áreas presencia a “quebra de barreiras” através da interpenetração e da reorganização dos espaços, associada à necessária e inevitável interlocução entre os mais variados polos do saber. O desafio atual é o da integração do heterogêneo, não simplesmente numa perspectiva de unidade integral ou mera somatória, mas na perspectiva da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade, na procura de novos conhecimentos: “a interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber” (Rodrigues, 1995, p.156).

A interdisciplinaridade é entendida como um nível de associação entre diferentes disciplinas/áreas em que o princípio da cooperação provoca verdadeiros intercâmbios e, conseqüentemente, um mútuo enriquecimento de conhecimento. Para que ocorra a interdisciplinaridade, são necessários vontade, disposição e compromisso na construção de um objetivo comum, superando assim a fragmentação existente e estabelecendo uma interação entre as disciplinas, numa perspectiva de totalidade.

Um pensar nessa direção exige um projeto em que causa e intenção coincidam. Um projeto interdisciplinar de trabalho ou de ensino consegue captar a profundidade das relações conscientes entre pessoas e coisas. Nesse sentido precisa ser um projeto que não se oriente apenas para produzir, mas que surja espontaneamente, no suceder diário da vida, de um ato de vontade. (Fazenda, 1997, p.58)

Essa interação entre duas ou mais disciplinas é indispensável na interdisciplinaridade, pois resultará numa intercomunicação

e, conseqüentemente, numa modificação de conceitos, terminologias, posicionamentos.

A interdisciplinaridade revela-se como uma possibilidade de transposição das fronteiras instituídas pelas profissões, de superação das endogenias e de realização da pluralidade de saberes acerca de um determinado objeto investigado.

A perspectiva interdisciplinar não prejudica a especificidade das profissões, nem seus campos de especialidade, requisitando inclusive a diversidade e a originalidade que possuem acerca de determinada situação e/ou problema.

Dentre as questões mais complexas e o seu reatamento no cotidiano escolar, e que requerem uma abordagem interdisciplinar, podemos citar a evasão escolar, considerada um problema social devido aos fatores que majoritariamente levam os estudantes a interromper os estudos, tais como: a necessidade de trabalhar durante o período de estudo, a questão da gravidez na adolescência, a violência doméstica, a drogadição, o alcoolismo, dentre outros.

Através de estudos já realizados,² constata-se que com a inserção de outros profissionais na dinâmica das instituições escolares, é viabilizada a realização de um trabalho conjunto, de um projeto coletivo, no enfrentamento das problemáticas apresentadas, o que conseqüente reflete em melhorias nas escolas e na qualidade do ensino.

Segundo a perspectiva crítica do serviço social, o qual tem na questão social seu objeto de estudo, ele encontra na escola mais um espaço sócio-ocupacional devido a sua capacidade de fazer uma interlocução entre a realidade vivenciada pelos estudantes e seus reflexos no desempenho educacional. Além disso, através de seu embasamento teórico-metodológico, o serviço social tem

2 Pesquisa desenvolvida através do Núcleo de Ensino da Unesp nos anos de 2009, 2010 e 2011, em duas escolas públicas no município de Franca (SP).

a possibilidade de oferecer subsídios para que as relações entre escola-família e escola-comunidade sejam fortalecidas.

Como resultado da pesquisa realizada, foi identificada a relevância da integração dos diferentes profissionais no ambiente escolar e as práticas interdisciplinares como formas de elevar a qualidade de ensino e promover a integração entre escola e comunidade. Também foi destacada a importância de um olhar crítico, em relação à questão da evasão escolar, muitas vezes encarada pelo senso comum como elementos determinados que culpam os indivíduos, não sendo levada em consideração a conjuntura social, política e econômica e seus reflexos no cotidiano dos estudantes e seus familiares.

A evasão escolar possui uma concepção centrada no abandono, que significa, segundo o Houaiss (2001, p.997), “deixar, largar, sair sem intenção de voltar, partida, afastamento, desleixo, negligência, desistir de, desprezar, menosprezar”. Essa concepção faz entender que a evasão escolar é um processo voluntário, uma escolha do estudante em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Antagonicamente, entendemos que a evasão escolar é um processo produzido pela estruturação do sistema escolar e as relações decorrentes do mesmo, como expõe Paulo Freire (1991, p.35):

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de evasão. As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são expulsas da escola – não obviamente porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa estes ou aqueles alunos ou os repreve. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas quando chegam nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.

A compreensão de Paulo Freire explicita a dimensão política da evasão escolar, pois, além de considerar como decorrente das estruturas sociais mais amplas, salienta o caráter de classe da mesma, já que as crianças e adolescentes que majoritariamente não permanecem nas escolas são pertencentes a famílias que compõem o conjunto da classe trabalhadora e que sofrem de maneira mais agudizada o processo de desigualdade social.

A pesquisa evidenciou a importância dos profissionais ligados à educação, à família e à comunidade entenderem as manifestações sociais que ocorrem no cotidiano escolar, para que problemas, como o da evasão, não sejam compreendidos como um problema do indivíduo, da família, ou ainda da escola de formas isoladas, mas sim como desafios que devem ser enfrentados conjuntamente para que a educação seja efetivada de forma cidadã.

A integração da sociedade e da família na escola é um fator a ser discutido. A participação popular no espaço escolar é algo a ser construído, garantindo a inserção da comunidade em seu universo. A participação da família é algo elementar não só para melhorar o desenvolvimento do educando, mas também um fator apresentado pelos pedagogos como essencial no processo de aprendizagem do estudante. O educando precisa sentir-se livre e participante na escola para expor suas ideias, com seus objetivos sendo respeitado como um ser individual, com conhecimentos e necessidades diferentes.

Os profissionais que atuam no espaço escolar entendem este como um espaço heterogêneo e complexo, em que os educandos carregam todas as experiências de suas vidas e que refletem na escola. Dessa forma, intensificam em seu discursos e ações o quanto o papel dos pais no cotidiano escolar dos filhos é fundamental.

No entanto, faz-se necessário “decodificar a linguagem do ensino, criando pontes com o universo das famílias, de modo

que os pais possam compreender e acompanhar o processo de seus filhos” (Sposati, 2000, p.28), para que assim as famílias tenham condições de participar do processo de ensino-aprendizagem dos jovens.

Especificamente, em relação ao serviço social na área da educação, denominado em muitos lugares como serviço social escolar, compreende-se que é uma especialização do serviço social trabalhar na escola, a exemplo do que acontece na psicologia. A escola é um dos espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional do assistente social, como expõe Witiuk (2004, p.96):

a visão não é mais de serviço social escolar, mas de serviço social na escola, ou junto à escola. Não se trata mais de uma visão fragmentária de serviço social escolar, serviço social hospitalar, serviço social de empresa. A perspectiva introduzida com o pensamento crítico dialético no serviço social, de retomada de seu posicionamento enquanto profissão, principalmente no seu vínculo com as instituições na qual está inserido, dissociando os objetivos institucionais dos objetivos profissionais, reflete-se na postura profissional de perceber os espaços institucionais como espaços de inserção e não como espaço de configuração da profissão. Reflete também a assimilação pela categoria da perspectiva gramsciana do espaço institucional como um espaço de intervenção possível, um espaço de luta, de conflito de interesses.

A partir de tais considerações, fica evidente a necessidade da intervenção profissional do assistente social na realidade das escolas, numa perspectiva de totalidade, com o intuito de decodificar as relações sociais e trabalhar as suas implicações, que são evidenciadas no cotidiano escolar.

O assistente social poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que diferentes aspectos e/ou situações, decorrentes das múltiplas expressões da questão social,

e que são objeto de intervenção do referido profissional, estão presentes nas escolas:

A trajetória da política educacional brasileira nas últimas décadas revela, portanto, uma dinâmica de lutas sociais travadas em diferentes instâncias. Pensar a inserção do assistente social no âmbito desta política social situa como importante desafio a necessidade de compreender a complexidade de suas instituições e dos processos políticos que as particularizam. (Almeida, 2011, p.25)

Podemos afirmar que os assistentes sociais têm um papel fundamental dentro desse espaço tão importante na construção do sujeito social. Faz-se necessário que esse profissional tenha uma vontade política para contribuir na efetivação de uma educação qualificada que proporcione condições para construção de um sujeito crítico e consciente. Buscando um trabalho interdisciplinar entre a equipe e uma intervenção entre a comunidade e escola (pais, filhos e profissionais), para consolidação dos direitos dos estudantes e sua emancipação enquanto cidadão consciente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. L. T. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: *GT de Educação: Subsídios para o debate sobre serviço social na Educação*. CEFESS. Brasília, 2011. p.12-29.
- CFESS. *Serviço social na educação*. Brasília/DF, 2001.
- FAZENDA, I. *Práticas interdisciplinares na escola*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 147p.
- FREIRE, P. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 6 v. (Ecumenismo e Humanismo).

- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LANCILLOTTI, S. S. P. *Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal*. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, 85)
- MARTINS, E. B. C. *Serviço social: mediação Escola e sociedade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Franca-SP, 2001. 281p.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- RODRIGUES ON, M. L.; MARTINELLI, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995. 172p.
- SAVIANI, D. Educação brasileira: problemas. *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1978, v.1, p.50-63.
- _____. Problemas sociais e problemas de aprendizagem. In: _____. *Educação e questão da atualidade*. São Paulo: Livro do Tatu; Cortez, 1991. p.41-55. (Coleção Hoje e Amanhã)
- SILVA, A. M. M. A crise da escola na sociedade capitalista contemporânea. *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1979, v.2, p.28-35.
- SPOSATI, A. Exclusão social e fracasso escolar. *Em aberto*, Brasília, v.17, n.71, p.21-32, jan. 2000.
- WITIUK, I. L. *A trajetória sócio-histórica do serviço social no espaço da escola*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004. 310p.